

Pokémon Go

Conversava com um jovem advogado, enquanto despachava sua petição e o notei entretido no celular quando lhe fiz uma indagação. Ele rapidamente se recobrou pelo lapso e emendou: “Esse ‘Pokemon Go’ faz com que a pessoa esqueça de tudo!”. E pensei: “Até da massa cinzenta!”. Ri por dentro. Até que meu superego resolveu dar as cartas naquele momento.

Desconhecia o tal jogo até então. Sabia de sua existência, já que, por gostar de jogos de guerra em primeira pessoa (cresci assistindo aos filmes do Stallone e do Schwarzenegger), sempre ando a vasculhar pelo mundo digital a procura de novos lançamentos. Questionei meu estagiário sobre os detalhes do jogo.

Ele fez uma verdadeira ementa do assunto: “Com a câmera de um celular e a ferramenta da geolocalização, a pessoa perambula pelos locais das cidades e tenta caçar as figurinhas virtuais produzidas pelo aplicativo num ambiente virtual mesclado com mapas do mundo real”. Pensei: “Tempos modernos! Em minha época, eu caçava figurinhas de papel, perambulando pelas bancas, para colar nos álbuns geolocalizados dentro de meu armário”.

O outro estagiário resolveu dar sua colaboração intelectual, saindo em defesa do jovem causídico. Segundo ele, o jogo seria uma forma de aliviar o estresse do cotidiano forense e, se, no passado, os advogados deixavam expediente rumo ao bar para beber e fumar, hoje, eles saem em busca dos solitários e abandonados pokemons. Pensei: “Que alívio! Assim, os pokemons, uma vez resgatados, sairão da periferia existencial de nossas vidas!”.

A explicação tem muito de poesia e, por isso, talvez merecesse uns olhos perolados. Depois de um frenético dia nas galés forenses, o servo da justiça volta a ser criança por umas horas. Nada contra, desde que ele não se esqueça do adulto que ele já se tornou. Aqui reside o problema. Seu público-alvo, segundo a produtora do jogo, são os adultos na faixa dos trinta anos, justamente aqueles que já têm sido atingidos pelo fenômeno da infantilização do homem moderno.

Esse fenômeno parte da recusa do sujeito à vida adulta. Trabalho, empresa, universidade, comércio, casamento, lar, afazeres domésticos, filhos, pagamentos, compromissos sociais, enfim, tudo aquilo que tem o desagradável odor da responsabilidade. A vida, para esses bravos incautos, ainda é uma espécie de longa prorrogação da infância, ou seja, um clima de constante diversão, a fim de se evitar a náusea entediante proporcionada por todas aquelas realidades. E, além de longa, ainda é interminável. Nunca se decidem sobre o momento de debutar na vida adulta.

Aliás, essas crianças, digo, esses adultos, povoam muitos de meus processos. Eles (ou elas) não pagam os alimentos para os filhos, recusam-se a assumir o exercício da paternidade, delegam a criação da prole para a babá ou a escola, não pagam o carro que financiam a partir da segunda parcela e resolvem promover a revisão das cláusulas de um contrato que assinaram livremente, transmitem a responsabilidade criminal para a sociedade opressora, confundem danos morais com suscetibilidade infantil exacerbada, pleiteiam do poder público uma série de direitos que mais lembram caprichos a serem pagos com nosso dinheiro, invadem e ocupam a legítima propriedade alheia para pressionar o prefeito a lhes prover uma habitação, aparecem vestidos na audiência como se fossem passar uma tarde no clube e, se o amor não deu certo, querem ser indenizados em nome do direito à felicidade.

Não reclamo. Nesse caso, como se dá com os parentes do cônjuge, você também não escolhe. Se optei por trabalhar nesta vara em que exerço a jurisdição estatal e onde essa espécie exótica de adulto parece surgir aos borbotões, resta apenas me resignar estoicamente ou rezar para que eles resolvam, ao invés de consultar um advogado naquelas situações, sair por aí em busca de pokemons. A galopante distribuição mensal de processos agradece.

Recordo a esses adultos que, mais cedo ou mais tarde, gostem ou não, sua vida passará pela ciranda das contas, prazos, horários e metas, ainda que prefiram tapar o sol dessa realidade com a peneira de uma tela de celular. De minha parte, espero que não resolvam instalar escorregadores ou balanços para as partes nas salas de espera dos fóruns. Afinal, não gostaria de me deparar, um dia, com algum caçador de pokemons perdido em meu gabinete. Com respeito à divergência, é o que penso.

André Gonçalves Fernandes é juiz de direito, doutorando em Filosofia e História da Educação, professor, pesquisador, coordenador acadêmico do IFE e membro da Academia Campinense de Letras (fernandes.agf@hotmail.com)

Artigo publicado no jornal Correio Popular, edição 24/8/2016, Página A-2, Opinião.

Tags: Fuga, Pokemon Go, Realidade, Responsabilidade,

Fonte: IFE Campinas. Disponível em: <http://ife.org.br/pokemon-go/>